

EDUCAÇÃO POPULAR: FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS EM EDUCAÇÃO NO CAMPO EM TERRITÓRIOS SOB VULNERABILIDADE SOCIAL JUNTO A INSTITUIÇÃO CEDEP.

Rafael da Silva Cezar, Bolsista do Programa de Educação Tutorial do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - UFSC e CEDEP, rafscezar@gmail.com

Déborah Goulart Silveira, Bolsista do Programa de Educação Tutorial do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - UFSC e CEDEP, deborahgoulart.psi@gmail.com

Thaise Costa Guzzatti, Professora e Tutora do Programa de Educação Tutorial do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - UFSC, thaise.guzzatti@ufsc.br

Resumo:

O programa Orgânico Solidário (OS) tem como objetivo construir estratégias para diminuir os limites de acesso a alimentos de qualidade para populações vulneráveis. Em SC o OS tem uma coordenação compartilhada com o Programa de Educação Tutorial (Pet) da Licenciatura em Educação do Campo (EduCampo) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Centro de Educação Popular (CEDEP). Compete ao programa e seus parceiros, captar doações financeiras, selecionar agricultores familiares produtores agroecológicos, viabilizar uma rede de voluntários e parceiros para recepção dos produtos, montagem das cestas e entrega nas instituições. O curso Educampo vincula seus bolsistas em formação para trabalhar conceitos da área da ciências da natureza, problematizando de forma política tais conceitos com a práxis da entrega dos orgânicos. São 50 famílias beneficiárias, que participam de encontros formativos quinzenalmente. Neste relato de experiência foram selecionados 03 encontros, visando a metodologia das oficinas pedagógicas e também de um questionário semi-estruturado para a coleta de dados. A pesquisa realizada indica que a doação de alimentos orgânicos não é suficiente para que os mesmos sejam inseridos nas dietas das famílias. Vários alimentos são desconhecidos, e com isso a importância das oficinas formativas para conscientizar, mobilizar e impactar na transformação da cultura alimentar das famílias envolvidas. Com isso, elas relataram uma mudança na sua forma de pensar sobre a alimentação, evitando agora o uso dos ultraprocessados, alimentações ricas em

gorduras e açúcares. E também passam a repensar seus hábitos junto a suas famílias, em especial no aproveitamento integral dos alimentos.

Palavras Chaves: Educação Popular; Orgânico Solidário; CEDEP;

Introdução

As discussões a respeito de segurança e soberania alimentar no Brasil já permeiam profissionais da nutrição e de outras áreas de interesse desde a década de 1930 (CHONCHOL, 2005) e vem evoluindo acerca das necessidades sociais e os grandes abismos econômicos que se desenvolvem, conforme as assimetrias sociais vão crescendo no modelo político/econômico.

Segundo Santos (2020) e Da Costa Albuquerque (2021), nunca os povos estiveram tão ameaçados pela fome, situação que se entrelaça com a relação de dependência de poucas empresas, uso excessivo de agrotóxicos, valor dos alimentos, pouco acesso à terra, dependência de insumos, entre outras questões. Com isso é importante entendermos as proximidades e divergências entre os conceitos de Segurança Alimentar e de Soberania Alimentar. A segurança alimentar compreende, dentre outras coisas, políticas públicas que garantem o abastecimento de alimentos para população em situação de vulnerabilidade e a preocupação com a chegada de tais alimentos de forma igualitária à necessidade de cada um. Para a promoção da Segurança Alimentar pode-se utilizar, por exemplo, ferramentas de relações exteriores como importações, transferência de renda para que famílias empobrecidas tenham condições de se reproduzirem metabolicamente, dentre outros.

A noção de Soberania Alimentar, por sua vez, configura-se como uma reação dos movimentos sociais do campo, principalmente liderados pela Via Campesina, ao conceito de Segurança Alimentar proposto pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), alertando para necessidade do combate à fome, sem que se desconsidere os interesses dos diferentes sujeitos do campo (SILVA, 2020). Neste contexto, a soberania alimentar é entendida como o direito dos povos definirem suas próprias políticas e

estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos; que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental.

Como destaca Maluf (2007), a partir da Declaração do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizada em Havana em 2001,

[...] a soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (ibid. p. 13).

Cumpra destacar que a alimentação é também um ato social, possuindo diversos significados culturais (MENDES, 2019). Comer em diferentes culturas e para diferentes povos é um gesto sagrado que não pode ser visto apenas como um ato nutritivo. Com isso, a disponibilidade de diferentes alimentos e fontes de nutrientes vai além de apenas recursos energéticos para o corpo, passando por experiências, simbologias e conexões. Esses símbolos vinculados ao alimento fazem parte de nossa história como nos traz Chonchol (2005). Assim, o alimento retrata a própria experiência humana em sua integralidade. A alimentação é a base primária para a manutenção da vida e da reprodução sociometabólica dos seres humanos. Alimentar-se faz parte de uma rede de significados ligados aos instintos humanos e em última instância também é relação de poder.

Dentro dessa perspectiva social do alimento, no atual modelo de sociedade, vemos uma exclusão a essa soberania e pouco acesso à segurança alimentar abarcar territórios empobrecidos. A pandemia de Covid-19 agravou ainda mais a situação no mundo, sendo o Brasil um dos países onde a situação mais se acentuou. No final do ano de 2020, dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, no âmbito do contexto da Pandemia da Sars-Covid-19, demonstram que, do total de brasileiros/as, 55% conviviam com algum grau de insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021). Segundo a pesquisa, essa situação está associada a fatores socioeconômicos, como o poder de compra, desigualdades sociais e diferenças regionais.

O programa Orgânico Solidário (OS) nasce de uma ação pontual de solidariedade durante o período inicial da pandemia, em abril de 2020, visando apoiar processos de

segurança e soberania alimentar, com o objetivo de construir estratégias para diminuir os limites de acesso a alimentos de qualidade por populações vulneráveis em um momento de crise sanitária que se descortinava. A iniciativa pontual se perenizou, sendo desenvolvida nos Estados de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Santa Catarina (SC), através do fornecimento de cestas de frutas, verduras e legumes livres de agrotóxicos às famílias em situação de insegurança alimentar. Cada cesta do OS possui de 6 a 7 quilogramas de alimentos orgânicos distribuídos numa diversidade de 10 a 12 itens. (GUZZATTI; SCHMIDT, 2021).

Em SC o OS tem uma coordenação compartilhada com o Programa de Educação Tutorial (Pet) da Licenciatura em Educação do Campo (EduCampo) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Centro de Educação Popular (CEDEP), entidade que atua como promotora de ações no território em vulnerabilidade social do Monte Cristo, em Florianópolis (SC). O programa catarinense possui um diferencial em relação aos outros estados: os alimentos são oriundos exclusivamente de produção orgânica realizada em Unidades Familiares de Produção Agrícola (UFPA), ou seja, da agricultura familiar agroecológica e, para isso, estabeleceu uma parceria com a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. De abril de 2020 até final de 2022 foram mais de 50 toneladas de alimentos orgânicos adquiridos da agricultura familiar catarinense e distribuídos para famílias em situação de insegurança alimentar.

Apesar de, no contexto nacional, Santa Catarina ter a menor porcentagem de pessoas em extrema pobreza, o estado sentiu fortemente as consequências da pandemia: mais de 120 mil famílias viviam com renda de até R\$ 89,00 por mês, segundo o CadÚnico de agosto de 2021 (<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>).

O Orgânico Solidário se engajou nesta iniciativa de combate à fome e passou a atender 50 famílias quinzenalmente provenientes dos beneficiários do CEDEP. O pacto estabelecido com o CEDEP é que cabe à instituição selecionar as famílias que se encontram em maior situação de insegurança alimentar, que possuem crianças e idosos, bem como, cadastrá-las para o programa. Compete igualmente ao CEDEP, o recebimento das doações e a distribuição para as famílias selecionadas. Do ponto de vista do Orgânico Solidário, cabe ao programa e seus parceiros, captar doações financeiras, selecionar agricultores familiares produtores agroecológicos, viabilizar uma rede de voluntários e parceiros para recepção dos produtos,

montagem das cestas e entrega nas instituições. Todo o trabalho é voluntário e os alimentos são adquiridos a partir de um preço justo, com recursos captados de doações de pessoas físicas e jurídicas.

Ao mesmo tempo que a necessidade alimentar se faz necessária, este projeto usa tal necessidade para ir além do simples assistencialismo, dando viés pedagógico e político à partilha e entrega de alimentos, levando alimentos saudáveis e conectando os pequenos agricultores com as comunidades que necessitam de tal alimentação. Com isso o curso de Licenciatura em Educação do Campo vincula seus bolsistas em formação para trabalhar conceitos da área da ciências da natureza, problematizando de forma política tais conceitos com a práxis da entrega dos orgânicos, trazendo pautas como uso de recursos, organização política, questões ambientais, processos biológicos, químicos e físicos do preparo de alimentos e da produção dos mesmos, alimentação saudável, dentre outros. Santos (2018) e Moraes (2023) declaram que essas ações contribuem dentro da perspectiva Freireana da Educação Popular para uma formação mais crítica e com maior repertório pedagógico para futuros professores, fazendo frente aos desafios contemporâneos de nossa sociedade. (SANTOS, 2018; MORAES, 2023)

Metodologia

São realizadas entregas quinzenais (6 a 7 kg de frutas, verduras e legumes orgânicos) para 50 famílias beneficiárias no CEDEP. As famílias são selecionadas a partir de um cadastro socioeconômico realizado pela assistente social da organização, sendo priorizadas aquelas com maior precariedade econômica, com crianças e idosos, além de presença de problemas de saúde potencializados pela alimentação. Como contrapartida, as famílias selecionadas necessitam comprometer-se em participar de ações formativas que são realizadas junto de cada entrega. As oficinas têm duração de uma hora e abordam temas variados.

A proposta pedagógica tem como base a Educação Popular, mas especificamente em Paulo Freire e suas contribuições para o ensino de ciências, pensando em uma ciência crítica que transborda para o contexto social, havendo também como base o trabalho de Zauith (2013) que analisa a bibliografia dessas contribuições.

Neste relato de experiência foram selecionados 03 encontros do projeto realizados de março (mês de início do programa no CEDEP) e abril de 2023. Desde o início, acontece quinzenalmente sem pausas, visando garantir que as famílias tenham um mínimo de alimentos frescos e saudáveis durante todo o mês. Os encontros pedagógicos são programados pela professora responsável pelo Programa de Educação Tutorial, em conjunto com os bolsistas. Reuniões de planejamento são realizadas quinzenalmente, alternando com as entregas. Tais reuniões são destinadas ao detalhamento das práticas pedagógicas a serem realizadas. Para isso, o grupo realiza, a partir do tema definido para a formação com as famílias, levantamento e estudos de bibliografias e o planejamento metodológico das atividades.

No âmbito do relato em tela, os três encontros realizados foram: a) o primeiro trabalhou o conceito de alimentação saudável e orgânica, sua produção e importância, vinculando conceitos do ensino de ciências da natureza dentro desses processos; b) o segundo encontro teve o foco nos processos de familiarização com os alimentos orgânicos que compõem as cestas, já que muitos eram desconhecidos pelas famílias, pois parte dos moradores do Monte Cristo são de outras regiões do Brasil ou mesmo de outros países. Além disso, há de se considerar que a alimentação na periferia está cada vez mais distante dos produtos como frutas, verduras e legumes, direcionando-se em muito para ultraprocessados; c) no terceiro encontro foi realizado um workshop prático do uso dos alimentos da cesta para receitas utilizando a cozinha da instituição para produção dos pratos.

Os estudantes bolsistas da Licenciatura em Educação do Campo realizaram uma pesquisa junto aos atendidos, através da aplicação de questionários semi-estruturados, buscando compreender a realidade alimentar das famílias, identificando e avaliando resultados das atividades formativas e problematizando os resultados com os participantes, além de mapear possibilidades de aprimoramento do programa junto às comunidades atendidas.

Além disso, eram propostas atividades com os filhos e crianças que acompanhavam as famílias (cirandas) paralelamente à formação, para que as mesmas pudessem participar do processo.

Resultados e Discussões

Este programa formativo tem potencial para ser uma ferramenta de discussão da soberania alimentar, de conceitos biológicos e químicos, de políticas públicas e diversos outros temas transversais. Além disso, também é capaz de potencializar mudanças de hábitos alimentares. A pesquisa realizada indica, neste sentido, que a doação de alimentos como frutas, verduras e legumes orgânicos não é suficiente para que os mesmos sejam inseridos nas dietas das famílias. As mesmas se distanciaram muito destes alimentos, por razões diversas (custo, disponibilidade de venda nas periferias, praticidade dos alimentos industrializados, entre muitos outros) e precisam se reconectar com os mesmos. Vários alimentos são desconhecidos das famílias, considerando-se que muitas são oriundas de outros estados e até de outros países. Assim, as oficinas formativas foram e estão sendo fundamentais para conscientizar, mobilizar e impactar na transformação da cultura alimentar das famílias envolvidas. Ademais, licenciandos/as que participam do projeto também se desenvolvem para atuação aproximando conteúdo popular e acadêmico.

Frente às 50 famílias impactadas pelo programa, alguns dados analisados do questionário, nortearam a nossa pesquisa e atuação dentro do território. Observamos que os responsáveis das famílias são todas mulheres, com a sua maioria na faixa etária de 31 à 40 anos, com o seu nível de escolaridade fundamental incompleto. Como apresenta-se nos gráficos abaixo:



Gráfico 01: Análise do questionário respondido pelas famílias.

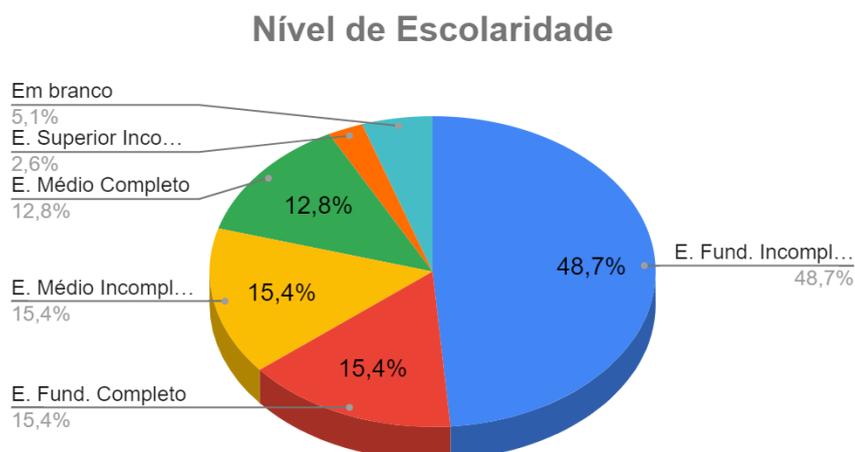


Gráfico 02: Análise do questionário respondido pelas famílias

O grupo de estudantes organizou as atividades pedagógicas norteadas por essas informações, visando um conteúdo de forma prática, buscando um vocabulário informal e adaptando-se às necessidades das mulheres, chefes de família. Com isso, as cirandas e atividades de cunho pedagógico para as crianças fizeram-se presente nos encontros, para que as mães pudessem contribuir com o processo formativo.

- **Atividades de preparação pedagógica e das cestas orgânicas**



Figura 01, 02 e 03: Organização das cestas e separação dos alimentos para entrega na instituição pelos agricultores e licenciandos do curso de Educação do Campo.



Figura 04, 05 e 06: Atividades realizadas com os licenciandos com as crianças provenientes das famílias que recebiam a formação com o tema de alimentação saudável.

- **Encontro 01 - Tema: Alimentação Saudável e Orgânica;**



Figura 07 e 08: Atividades realizadas de forma expositiva-participativa com o tema de alimentação saudável, discutido pelos licenciandos em educação do campo;

No primeiro encontro foi o momento de todas as famílias conhecerem o Orgânico Solidário através do tema alimentação saudável, foi neste encontro que realizamos o termo livre e consentido de cada família na participação do programa, bem como a aplicação de um questionário sobre informações socioeconômicas.

- **Encontro 02 - Alimentos orgânicos: Quem são?**



Figura 09 e 10: roda de conversa realizada para apresentação de alimentos orgânicos e discussão quanto ao conceito realizada pelos licenciandos em Educação do Campo;

No segundo encontro trabalhamos na metodologia da roda de conversa sobre os alimentos orgânicos presentes na caixa, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre orgânicos, e também aumentar o repertório de alimentação saudável dessas famílias, fazendo uma troca de experiências e saberes trazidos de casa e compartilhados em grande grupo.

- **Encontro 03 - Workshop: Prática do uso dos alimentos da cestas para receitas**





Figura 11, 12,13 e 14: Workshop: Prática do uso dos alimentos da cestas para receitas onde as famílias participavam e contribuem com seus conhecimentos junto aos licenciandos do curso de educação do campo;

No encontro três conduzimos a formação dentro da prática, foi o momento das famílias aprenderem a preparar alimentos da cesta sem a utilização de forno ou fogão, enriquecendo o conhecimento frente a variedade de alternativas, quando falamos sobre repertório alimentar. Em todo momento eram trazidos conceitos científicos das ciências da natureza, embebidos de visão crítica de mundo e processos políticos do uso de recursos, trazendo assim uma aplicação de seus conhecimentos dentro da formação. Ao mesmo tempo que a fome e demanda por alimentos são gritantes no país, mobilizou-se a realidade para ir além do assistencialismo, dando viés pedagógico e político à partilha e entrega de alimentos, levando alimento saudável e conectando os pequenos agricultores com as comunidades que necessitam de tal alimentação.

Além disso, também é capaz de potencializar mudanças de hábitos em momentos de reflexão como a pós-pandemia tem sido para o povo brasileiro, discutindo os cuidados diários, em especial com a qualidade da alimentação e seu impacto na saúde.

Nos relatos familiares, a maioria das envolvidas contou sobre as mudanças na sua forma de pensar na alimentação, evitando agora o uso dos ultraprocessados e alimentações ricas em gorduras e açúcares. Também passaram a repensar seus hábitos junto a suas famílias,

em especial no aproveitamento integral dos alimentos. Com isso, ainda foram sugeridos por elas temas para as formações futuras, a serem realizadas durante todo o ano de de 2023, como: receitas saudáveis, aproveitamento de alimentos, alimentação que possam auxiliar em processos de doenças crônicas e educação nutricional. Acreditamos que iniciativas como esta contribuem para formação de professores voltados a práxis dos conhecimentos científicos, conseguindo trazer criticidade aos conteúdos das ciências da natureza, tornando-se um diferencial importante através da consciência de classe instituída nos futuros professores.

Referências bibliográficas:

- Bolsa Família e Cadastro Único (2021). Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/index.html>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.
- Costa Albuquerque, R. V. (2021). Soberania Alimentar, mulheres e a comida de verdade-conversa 3. Cadernos de Agroecologia, 16(1).
- Chonchol, J. (2005). A soberania alimentar. Estudos avançados, 19, 33-48.
- Guzzatti, T., Costa, & Schmidt, W. (2021). Coragem de conjugar o verbo esperar em tempos de pandemia: a experiência do programa Orgânico Solidário em Florianópolis. Editora NUP.
- Licenciatura em Educação do Campo. (2023). Licenciatura em Educação do Campo. <https://educampo.grad.ufsc.br/>
- Maluf, R. S. J., MARQUES, F., & Caderno, S. B. (2007). Segurança Alimentar. Petrópolis: Vozes.
- Mendes, M. F., Neves, S. M. A. D. S., & Machado, T. D. S. (2019). O Programa de Aquisição de Alimentos como indutor da soberania alimentar. Mercator (Fortaleza), 18, e18024.
- Morais, M. I. S., & da Silva, A. M. (2023). Ensino de ciências e saúde na educação popular: relatos de experiências e contribuições dos temas transversais. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, 16(9), 15496-15510.
- Projeto Político Pedagógico. (2020). Centro de Educação Popular (CEDEP). <https://cedeponline.com.br/wp-content/uploads/2021/05/PPP-cedep.pdf>
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>
- Santos, B. C. D., & Ferreira, M. (2018). CONTEXTUALIZAÇÃO COMO PRINCÍPIO PARA O ENSINO DE QUÍMICA NO ÂMBITO DE UM CURSO DE EDUCAÇÃO POPULAR. Experiências em ensino de Ciências, 13(5), 497-511.
- Santos, F. I. (2020). Soberania alimentar quilombola: uma abordagem histórica e desafios para romper colonialidades.
- Silva, M. Z. T. D. (2020). A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. Configurações. Revista Ciências Sociais, (25), 97-111.
- Zauith, G., & Hayashi, M. C. P. I. (2013). A influência de Paulo Freire no ensino de ciências e na educação CTS: uma análise bibliométrica. Revista HISTEDBR On-line, 13(49), 267-293.